



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA  
CURSO DE BACHARELADO EM ZOOTECNIA

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Nadjaneide dos Santos Guerra

Serra Talhada

2022



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA  
CURSO DE BACHARELADO EM ZOOTECNIA

Acompanhamento das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) realizadas com os/as agricultores/as familiares e suas organizações, no Município de Santa Cruz da Baixa Verde- PE.

Relatório apresentado ao curso de Zootecnia como parte das exigências para obtenção do grau de Bacharel em Zootecnia.

Professora orientadora: Dra. Keyla Laura de Lira dos Santos

Supervisor de estágio: Me. Gerlúcio Moura Bezerra de Sousa

Nadjaneide dos Santos Guerra

Serra Talhada

2022

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela oportunidade de está concluindo o curso de Zootecnia e por conseguir chegar até aqui mesmo com as dificuldades encontradas no decorrer do curso.

A meus pais Maria Aparecida e José Guerra, por todo o apoio durante toda a graduação e por nunca me deixarem desistir de meus sonhos mesmo diante de toda dificuldade, sem vocês em minha vida nada seria possível.

Aos meus irmãos Charles Wellington e Nadjanécia Santos, por me darem todo apoio e estarem sempre comigo em todos os momentos, por todo o esforço que fizeram para que eu conseguisse realizar o nosso sonho.

Ao meu esposo Jair Alan Barbosa, por está comigo desde o princípio, obrigada por todo companheirismo e por ter me dado todo apoio necessário para que eu conseguisse chegar até aqui.

Ao meu filho Arthur Emanuel, o melhor presente que ganhei durante a graduação, ao qual é minha força diária para seguir em frente e foi meu maior incentivo para continuar no curso, dedico essa conquista a ele.

Agradeço meus sogros Marlene Barbosa e Sílvio Rogério, por todo apoio durante o período de estágio, por cuidarem tão bem de meu filho Arthur, pela estadia, e por toda ajuda fornecida durante este período, a vocês toda minha gratidão!

A Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE / Unidade Acadêmica de Serra Talhada– UAST, por proporcionar a realização de um sonho, com a formação em Zootecnia e a Instituto Agrônomo de Pernambuco pela oportunidade de estágio na empresa que foi um período muito significativo, e de bastante conhecimentos adquiridos.

A minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Keyla Laura de Lira dos Santos, por todo ensinamento, paciência, ajuda e compreensão, meus sinceros agradecimentos.

A Me. Gerlúcio Moura Bezerra de Sousa, pela supervisão durante o estágio, pela confiança depositada, pela atenção e também pelos ensinamentos e experiências compartilhados.

A todos os professores do curso de Zootecnia, por terem contribuído na minha formação pessoal e profissional.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	5
<b>1. INTRODUÇÃO GERAL</b> .....	6
<b>2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA ONDE REALIZOU O ESTÁGIO</b>	8
2.1 Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA).....	8
2.2 Escritório do IPA em Santa Cruz da Baixa Verde.....	9
2.3 Cidade de realização do estágio.....	9
<b>3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS</b> .....	10
3.1 Acompanhamento na emissão de laudos dos Garantia Safra.....	10
3.2 Programa Alimenta Brasil – PAB.....	13
3.3 Visita a unidade de referência em apicultura do Projeto Dom Hélder Câmara.....	16
3.4 Elaboração da Declaração e Aptidão ao Pronaf (DAP).....	19
3.5 Visitas ao Escritório de Calumbi e Sítio Riacho do Brejo.....	21
3.6 Participação na reunião do Conselho Municipal.....	23
3.7 Visita a Associação Mulher Flor do Campo e o Banco de Sementes.....	25
<b>4. DIFICULDADES ENCONTRADAS</b> .....	27
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	27
<b>6. REFERÊNCIAS</b> .....	28
<b>7. ANEXO</b> .....	30

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Escritório do IPA em Santa Cruz da Baixa Verde.....	9
<b>Figura 2 (A e B)</b> - Registro fotográfico das plantações do laudo do garantia safra, Santa Cruz da Baixa Verde.....	12
<b>Figura 3</b> - GPS utilizado da marca ETREX Garmin.....	13
<b>Figura 4</b> - Recebimento dos alimentos do programa PAB no Município de Serra Talhada.....	15
<b>Figura 5</b> - Caixas iscas para captura das abelhas <i>Appis Mellifera</i> .....	16
<b>Figura 6</b> - Horta para consumo familiar.....	17
<b>Figura 7</b> - Centrífuga para extração e limpeza do mel.....	17
<b>Figura 8</b> – Favo de mel de abelha.....	18
<b>Figura 9</b> – Cisterna Calçadão de 52.000 litros.....	18
<b>Figura 10</b> – Entrevista de DAP.....	20
<b>Figura 11</b> - Sistema DAPWeb.....	20
<b>Figura 12</b> - Criação de Suínos.....	22
<b>Figura 13</b> - Criação de bovinos em confinamento.....	22
<b>Figura 14</b> - Plantio de palma forrageira.....	23
<b>Figura 15</b> - Capim de corte para silagem dos bovinos.....	23
<b>Figura 16</b> - Reunião Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Santa Cruz da Baixa Verde – Condessc.....	24
<b>Figura 17</b> - Construção do diagnóstico participativo – DRP.....	26
<b>Figura 18</b> - Banco de sementes da Associação Mulher Flor do Campo.....	27

## RESUMO

O relatório descreve as atividades realizadas durante o Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO) do curso de Bacharelado em Zootecnia, da Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST-UFRPE), no Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), localizado na cidade de Santa Cruz da Baixa Verde – PE, no período de 01 de julho a 22 de setembro de 2022. O objetivo do estágio foi acompanhar o Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) desenvolvidos no escritório do IPA, em Santa Cruz da Baixa Verde, cujas atividades consistiram em auxiliar: na emissão dos laudos do Programa Garantia Safra; na aquisição e distribuição de alimentos do Programa Alimenta Brasil (PAB), os produtores no cadastro da Declaração de aptidão ao Pronaf (DAP); acompanhar reuniões e visitas de assistência técnica. Durante o estágio foi possível observar que os serviços prestados pelo IPA no município vão além de uma visita técnica, tornando-se também um local de troca de saberes, experiências, onde as amizades são construídas, e mesmo diante de toda dificuldade que o extensionista enfrenta para proporcionar um melhor atendimento aos agricultores, os trabalhos nas comunidades vêm sendo desenvolvido. O estágio contribuiu positivamente para minha vida, pois pude conhecer a atuação da Ater no Município vista pelo lado técnico, permitindo que eu tivesse uma visão mais ampla como profissional.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; Desenvolvimento Rural Sustentável; Extensão Rural.

## 1. INTRODUÇÃO GERAL

No Brasil, o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) teve sua origem no final da década de 1940, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar), em Minas Gerais, em 1948, influenciadas pelo modelo norte-americano de difusão de tecnologia, cujo objetivo era modernizar o campo (PEREIRA, 2021).

Este modelo de ATER se intensificou principalmente durante os anos de 1960 a 1970, período que ficou conhecido como Revolução Verde, no qual predominava o uso de defensivos químicos, com a finalidade de melhorar a produtividade do meio rural. Nessa corrida pela modernização, parcerias eram firmadas e aos poucos foram sendo criadas outras instituições, em outros estados brasileiros (PEREIRA, 2021; FARIA e DUENHAS, 2019).

Em 1975, o governo brasileiro criou a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), onde as instituições estaduais passaram a ser denominadas de Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ematers), que eram subordinadas à Embrater para o recebimento de auxílio financeiro (CASTRO e PEREIRA, 2017).

Na região Nordeste, os primeiros registros datam de 1954, com a criação da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (Ancar), responsável por fornecer crédito e assistência técnica para os agricultores em oito estados brasileiros com escassez hídrica, o Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia (CASTRO 2015).

Em 1990, a Embrater foi extinta, e as Ematers ficaram sem recursos para manter os serviços de Ater, que perdurou até o ano de 2003, quando ocorreu a reestruturação da política de Ater do Governo Federal no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e em 2010, foi lançada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural Para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater), como um contraponto a antiga Ater difusionista inspirada pela Revolução Verde (CASTRO, 2015; FARIA e DUENHAS, 2019; BRASIL, 2010).

A Pnater foi construída com participação da sociedade e organizações governamentais e não governamentais representantes das diversas populações rurais e deve como objetivo a melhoria de renda, da segurança alimentar e da diversificação da

produção de alimentos orgânicos e da agricultura familiar, potencializando a inclusão social, a produção de alimentos saudáveis e a melhoria da qualidade de vida da população do campo (FARIA e DUENHAS, 2019).

De acordo com Farias e Duenhas (2019) em 2014, com a regulamentação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), a gestão da política de Ater do Governo Federal, como estabelece o Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003, passaram a ser coordenadas pela Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e atualmente está vinculada ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento MAPA (ANATER, 2022). A Anater tem como missão a participação na construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, direcionado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar através de metodologias educativas e participativas, buscando a melhoria da qualidade de vida da sociedade (REIS, 2015).

As atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) têm sido fundamentais no desenvolvimento rural, pois exerce um papel importante na disseminação de conhecimentos e técnicas, onde através da Ater se chegam ao campo novas tecnologias como sementes melhoradas, máquinas e implementos agrícolas, acesso ao crédito para financiar investimentos ou custos de produção, difusão tecnológica que é realizada por empresas prestadoras de serviços que podem ser empresas públicas de extensão rural, cooperativas, empresas privadas entre outras, gerando assim ao agricultor familiar renda suficiente para manutenção da família e da propriedade (PEREIRA, 2021; LIMA, et al 2014; FARIA e DUENHAS, 2019).

O serviço de Ater está presente no Estado de Pernambuco há mais de meio século, inicialmente pela Emater-PE e Ebape e atualmente pelo IPA, que nos últimos anos vem passando por um processo de revitalização. Com isso, a Ater em Pernambuco busca capacitar seus extensionistas para oferecer serviços de qualidade para os agricultores familiares e aos povos de comunidade tradicional (indígenas, quilombolas e pescadores) possibilitando o fortalecimento e a inclusão social dos mesmos (REIS, 2015).

Um dos campos de atuação da Ater, em favor da agricultura familiar são a criação das políticas públicas, tendo como destaque o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), que foi criado em 1996, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da produção familiar, por meio do acesso ao crédito rural, a Garantia Safra (GS) e a Assistência Técnica e Extensão Rural (REIS, 2015; LIMA, et al, 2013).

Nesse sentido, objetivou-se relatar as atividades de Ater realizadas no Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), localizado no município de Santa Cruz da Baixa Verde, que consistiram em auxiliar: na emissão dos laudos do Programa Garantia Safra; na aquisição e distribuição de alimentos do Programa Alimenta Brasil (PAB), os produtores no cadastro da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP); acompanhar reuniões e visitas de assistência técnica.

## **2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA ONDE REALIZOU O ESTÁGIO**

### **2.1 Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA)**

O Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) foi criado em 1935, sob a denominação de Instituto de Pesquisas Agronômicas, como órgão do Governo do Estado de Pernambuco, com sede na cidade do Recife. Mas, se expandiu para o interior do Estado, e atua em 185 municípios, com 12 estações e 12 gerências regionais (IPA, 2022).

Em Serra Talhada–PE encontra-se uma gerência regional, onde 11 municípios são assistidos pela unidade sendo eles: Calumbi, Triunfo, Santa Cruz da Baixa Verde, Serra Talhada, Tacaratu, Floresta, Jatobá, Betânia, Custódia, Itacuruba e Petrolândia.

O IPA atualmente tem como missão contribuir para o desenvolvimento rural e sustentável de Pernambuco, atuando de modo integrado na geração de tecnologia, nas ações de assistência técnica e extensão rural e no fortalecimento da infraestrutura hídrica, com atenção prioritária aos agricultores de base familiar e seu principal objetivo é melhorar as condições de vida mediante aproveitamento racional e equilibrado das potencialidades naturais, provocando mudanças no meio rural de forma sustentável e contribuindo para o desenvolvimento, melhorando a qualidade de vida dessa população.(IPA, 2022).

Atualmente o IPA atua nos seguintes projetos e programas de Ater: ações de crédito rural, ações de educação profissional, desenvolvimento rural sustentável, divulgação tecnológica em propriedades e comunidades rurais, técnicas de produção, de organização e de comercialização, incentivo ao desenvolvimento de atividades não-agrícolas, sistema de extensão rural municipalizado e ações complementares de combate à seca (REIS, 2015).

## 2.2 Escritório do IPA em Santa Cruz da Baixa Verde

A abertura do espaço físico (escritório) no município de Santa Cruz da Baixa Verde ocorreu no primeiro semestre de 2008, anteriormente o serviço de Ater prestado à população era realizado pela equipe do IPA, situada no município de Serra Talhada. Atualmente quem presta os serviços de distribuição de sementes, emissão de DAP, visitas e orientações técnicas aos agricultores da região, é o escritório do IPA em Santa Cruz da Baixa Verde. O qual dispõe de apenas um extensionista, o engenheiro Agrônomo Gerlúcio Bezerra de Moura.

O escritório funciona na Rua Santa Luzia, nº76, no Centro da cidade, onde era o antigo CRAS, em um local de fácil acesso às pessoas (Figura 1).



Figura 1 – Escritório do IPA em Santa Cruz da Baixa Verde

## 2.3 Cidade de realização do estágio

O município de Santa Cruz da Baixa verde foi criado em 01 de outubro de 1991, pela Lei estadual de nº 10.620, quando foi desmembrado do município de Triunfo. Está localizado a 850 metros em relação ao nível do mar e tem sua posição geográfica determinada pelo paralelo de 07° 49' 14' E e 38° 09' 10' S (IBGE, 2010).

Possui uma área 114,932 km<sup>2</sup>, sendo composto por sua sede, pela Vila de Jatiúca e sítios circunvizinhos (onde existem 20 associações presentes no Município, com vários sítios agregados), pertence a mesorregião do Sertão Pernambucano, por está inserido no

bioma da caatinga, e faz parte da microrregião do Pajeú. A precipitação média anual é em torno de 700 mm e apresenta vegetação subcaducifólia (IBGE, 2010).

De acordo com os dados do Censo de 2010, sua população era de 11.768 pessoas, e em 2021 foi estimada em 12.708 pessoas, com Índice de Desenvolvimento Humano - IDH de 0,612 (IBGE, 2010).

O município tem como principal atividade econômica a agropecuária, visto que maior parte de sua população está inserida no meio rural é uma região rica em várias espécies animais como bovinos de corte e de leite, equinos, asininos, mulas, caprinos, ovinos, com relação ao plantio, destacam-se a produção de milho, feijão, tomate, mandioca, banana, goiaba, laranja e café (IBGE, 2010). No entanto, a cana-de-açúcar é a principal cultura de Santa Cruz da Baixa Verde, tanto que o município é conhecido como a capital da rapadura, pois na região possui engenhos e fornalhas para a produção de rapaduras e açúcar fornecendo empregos para os trabalhadores do meio urbano e rural.

### **3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

O Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO) foi realizado no período de 01 de julho a 22 de setembro de 2022, no Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), localizado no município de Santa Cruz da Baixa Verde, perfazendo um total de 330 horas. Durante o estágio foram acompanhadas as atividades de Ater: auxiliar na emissão do laudo do Garantia Safra; na aquisição de alimentos pelo Programa Alimenta Brasil – PAB; auxiliar na elaboração da Declaração e Aptidão ao Pronaf (DAP); realizar visitas técnicas (Riacho do Brejo no Município de Calumbi, Associação Mulher Flor do Campo) e participar de reunião (Conselho Municipal e Associações). Todas as atividades foram acompanhadas e supervisionadas por Gerlúcio Moura Bezerra de Sousa, agrônomo e extensionista rural do IPA.

#### **3.1 Acompanhamento na emissão de laudos do Garantia Safra**

O Garantia Safra, criado pela Lei Federal Nº 10.420/2002 e regulamentada pelo Decreto Nº 4.962/2004, é uma ação do Pronaf, inicialmente voltada para os agricultores e as agricultoras familiares localizados na região semiárida nordestina. O programa é uma política pública cujo objetivo é garantir as condições mínimas de sobrevivência do

produtor, visando reduzir as consequências das irregularidades das chuvas, por estiagens ou por excesso hídrico, garantindo um auxílio financeiro em decorrência da perda de mais de 50% da safra, no valor de R\$850,00 em parcela única, sendo em 2022 esse valor estimado em R\$1.200,00 (BRASIL, 2004).

O recurso financeiro provém do pagamento de uma taxa (boletos) realizado pelos agricultores/as, Municípios e Estados, e caso o valor total da parcela não seja alcançado, o Governo Federal cobre todo o custo.

As culturas asseguradas pelo Garantia Safra são: milho, feijão, algodão, arroz e mandioca, e caso algumas dessas espécies vegetais sejam cultivadas com irrigação, o Garantia Safra não garante o ressarcimento mesmo que haja perda de mais de 50% da produção, pois a irrigação tem o propósito de garantir a safra mesmo em períodos climáticos desfavoráveis.

Existem alguns critérios para o agricultor poder participar do Garantia Safra, dentre eles possuir RG e CPF; Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) válida/ativa; possuir renda familiar mensal de até 1,5 salários e que no mínimo 50% dessa renda seja das atividades práticas desenvolvidas na propriedade; residir na propriedade ou próximo dela; a área da propriedade não pode exceder 4 módulos fiscais; a área de plantio não pode ser inferior a 0,6 ha e tampouco superior a 5,0 hectares; não possuir veículos com valor superior a R\$ 21.000 mil reais no nome do titular; não possuir vínculo empregatício com carteira assinada, não pode estar recebendo auxílio doença e nem ser aposentado do INSS por tempo de contribuição (exceto aposentadoria rural), e ter pago o boleto dentro do prazo estabelecido para que possa receber o recurso (BRASIL, 2004).

Todos os anos são selecionadas famílias para verificar as possíveis perdas ocorridas na lavoura e essa seleção é realizada de forma aleatória em Brasília – DF. No município de Santa Cruz da Baixa Verde foram selecionadas 30 famílias para serem visitadas, dentre estas apenas 28 receberam a visita, pois as outras 2 famílias não estavam morando mais no endereço citado, essas famílias foram chamadas ao escritório do IPA em Santa Cruz da Baixa Verde, para serem entrevistadas de forma individual.

Os questionários utilizados nas entrevistas são elaborados pelo Governo Federal, contendo perguntas como: a área plantada, data de plantio e possível colheita de acordo com o período de cada cultura. O Garantia Safra só cobre lavouras plantadas no período de janeiro a março, sendo este o período de chuvas na região, e o indicado para a plantação. No entanto, a maioria dos agricultores este ano perderam suas plantações

devido a irregularidade das chuvas e as principais culturas atingidas por essa irregularidade foram o milho e o feijão.

Após a realização das entrevistas, era colhida a assinatura do responsável pela propriedade, agendado com o agricultor uma visita para retirar as coordenadas geográficas do local e também fazer o registro fotográfico da plantação (Figura 2).

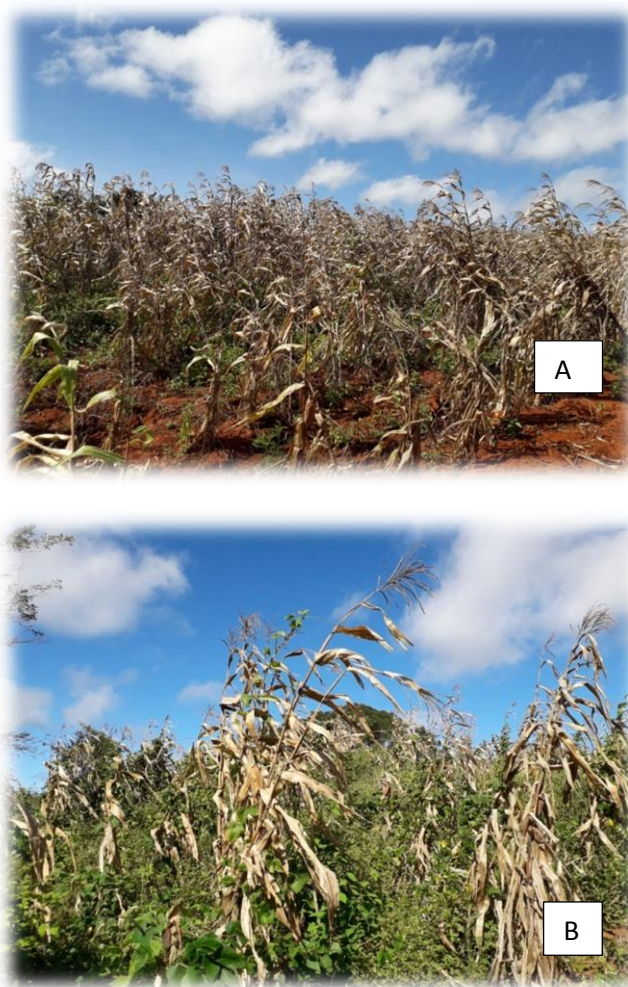


Figura 2 – Registo fotográfico (A e B) das plantações do laudo do Garantia-Safra em Santa Cruz da Baixa Verde

A medição da área era feita com o auxílio do uso de um GPS (Figura 3) e os dados fornecidos do produtor da área plantada, tendo como base o total de perca da lavoura plantada. As medidas eram feitas pelo extensionista do IPA de Santa Cruz da Baixa verde.



Figura 3- GPS utilizado da marca ETREX Garmin

As inscrições para o Garantia Safra são realizadas nas associações de cada comunidade rural assistida pelo órgão de Ater, mediante o fornecimento dos dados básicos do agricultor (nome, CPF, RG, endereço, apelido, sua área de plantio e as culturas plantadas, estado civil, se casado/a, fornecer os dados do conjugue), após o preenchimento de todos esses dados, a mesma deve ser entregue no Conselho Municipal de Desenvolvimento e no órgão autorizado para a realização da inscrição do Garantia Safra, no caso o IPA que realiza essas inscrições por meio do sistema DAPWeb.

Após a finalização das inscrições via sistema, o Conselho Municipal fará a homologação dessas inscrições e os que tiverem aptos ao recebimento do subsídio financeiro o próprio conselho gerará um boleto, o qual deve ser pago dentro do prazo estabelecido. Ressalta-se que durante o estágio foram realizadas 151 inscrições no Garantia-Safra no Município.

### **3.2 Programa Alimenta Brasil – PAB**

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero, onde seu objetivo é garantir a comercialização dos produtos da agricultura através da articulação desta produção com mercados institucionais ou à formação de estoques. O programa utiliza recursos públicos para adquirir alimentos de agricultores familiares e os destinam a pessoas em situações de insegurança alimentar e nutricional atendida por programas e instituições sociais como escolas, creches, abrigos, entre outros, atualmente houve

alteração em sua nomenclatura, deixando de ser PAA, passando a ser chamado de Programa Alimenta Brasil -PAB, (BRASIL, 2022).

O PAB foi criado através de uma medida provisória nº1.061, de 14 de agosto de 2021, e convertida na Lei 14.284, de 29 de dezembro de 2021, sendo responsável por incentivar a agricultura familiar e promover a inclusão social e econômica, com geração de renda para os agricultores do meio rural e uma produção sustentável (BRASIL, 2021).

O Programa Alimenta Brasil (PAB) visa incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, promovendo o acesso à alimentação de qualidade e o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos (BRASIL, 2021).

Seu recurso financeiro provém do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Ministério da Cidadania (MC). O programa é executado pelo ministério da cidadania através do termo de adesão com Estados e Municípios, e os valores são repassados aos órgãos públicos estaduais executores desta política pública, e os produtores fornecedores podem chegar a vender até 12.000 mil reais durante todo o período de execução do programa (BRASIL, 2021).

A equipe de Ater do IPA visita as propriedades dos agricultores cadastrados no PAB, a fim de verificar e comprovar a capacidade produtiva da unidade de produção rural e prestar serviços de orientação técnica aos agricultores, com o objetivo de aumentar a produção, melhorar a qualidade dos produtos e geração de renda da família. Os agricultores acompanhados e assistidos pela equipe de Ater do IPA possui prioridade no momento da seleção para serem os fornecedores do PAB.

O recebimento dos produtos ocorria todas as terças-feiras, no município de Serra Talhada, na modalidade de compra direta com doação simultânea. Os alimentos eram entregues pelos agricultores/as familiares cadastrados no PAB do Município, os produtos cadastrados no programa foram escolhidos de acordo com a produção de cada agricultor familiar.

O IPA regional de Serra Talhada recebeu um recurso de 90 mil reais para a execução do programa no Município, através da compra direta dos produtos dos agricultores cadastrados, onde a compra direta tem por objetivo dispensar os atravessadores, que compram os produtos diretamente do produtor por um preço menor e os revende no mercado por um valor mais elevado, obtendo um maior lucro.

No município foram cadastrados 17 agricultores familiares no Programa para fornecerem seus produtos e 8 instituições para receberem estes produtos, dentre os quais apenas 4 produtores estavam fornecendo regularmente, a não participação de todos os agricultores cadastrados no programa foi motivado pelo baixo valor dos produtos onde o preço destes é determinado pelo Governo Federal, visto que a tabela de preços estava defasada e alguns produtores optaram por comercializar seus produtos nas feiras, e das 8 instituições restaram 7 que foram: creche Imaculada Conceição, as creches municipais Rosália Vieira e Anita Ferreira; o Abrigo Ana Ribeiro, Grupo Espirita Cícero, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

Os produtos cadastrados no PAB do Município de Serra Talhada foram: raiz de mandioca, feijão de bulhão verde, goiaba, manga espada, milho verde em espiga, abóbora leite, batata doce, banana nanica, prata e a pacovan, coentro, alface, cebolinha e mel de abelha.

Quando o agricultor chegava com os produtos era feita a identificação do tipo de produto que ele trazia e anotado o nome de quem estava fornecendo o alimento, para posteriormente ser emitido um recibo no nome desse agricultor com os respectivos valores de seus produtos.

Inicialmente era realizada a pesagem de cada alimento, logo depois anotado, finalizada esta etapa, era executada a separação desses alimentos para cada instituição que era atendida pelo programa, nessa divisão era levada em consideração a quantidade de beneficiários em cada instituição (Figura 4).



Figura 4– Recebimento de alimentos do programa PAB, no município de Serra Talhada.

Posteriormente íamos ao escritório para emissão dos recibos contendo o valor total da entrega do dia, onde esses recibos eram assinados e entregues a todos os

envolvidos (agricultor, instituição e IPA), possibilitando aos agricultores saberem quanto iriam receber no mês de acordo com o quantitativo de produtos entregues e o responsável por cada instituição ter o controle orçamentário dos produtos ao qual estavam recebendo, e já no período da tarde eram realizadas as entregas desses produtos às entidades beneficiadas.

### 3.3 Visita a unidade referência em apicultura do Projeto Dom Hélder Câmara

A visita foi realizada no Sítio Santana, em Santa Cruz da Baixa Verde na propriedade referência no Projeto Dom Hélder Câmara, no setor de apicultura, sendo o pioneiro na região na área de criação de abelhas com ferrão, a *Appis Mellifera*.

O produtor se identificou com a criação de abelhas migratórias e a partir do ano de 2021, quando começou com apenas uma caixa e, atualmente possui 17 caixas iscas espalhadas em sua propriedade, o qual produz mel, cera e própolis. As abelhas são atraídas por um feromônio produzido por ele mesmo em sua propriedade (Figura 5).



Figura 5 – Caixas iscas para a captura das abelhas

Na região sempre tem florada de árvores frutíferas como cajueiros, laranjeiras, goiabeiras e outras plantas nativas, por isso, o produtor não oferece alimentos artificiais para suas abelhas, período de estiagem para que as mesmas permaneçam no local, ele utiliza a seguinte estratégia, reserva de 2 a 3 melgueiras para que as abelhas possam se alimentar desse mel produzido por elas mesmas, e não necessitem de alimentos artificiais evitando que migrem para outro local a procura de alimento.

Além da criação de abelhas, também cultiva hortaliças (Figura 6) como coentro, cenoura, cebolinha e alface, essas hortaliças são exclusivas para o consumo da família,

já o mel é comercializado no Rio de Janeiro a R\$ 50,00 o litro, devido a quantidade ainda ser pouca o produtor não comercializa o mel o ano todo, ele também possui uma centrífuga (Figura 7) para que não haja contato manual com o mel extraído evitando a contaminação do mesmo, e a produção de cera fica por conta de sua esposa.



Figura 6 – Horta para consumo familiar



Figura 7 - Centrífuga para extração e limpeza do mel



Figura 8 – Favo de mel

Atualmente ele faz parte da Associação de Apicultores em serra Talhada e pretende certificar seu produto com o selo da agricultura familiar para facilitar a comercialização de seu mel.

Onde também foi beneficiado com uma cisterna calçadão de 52.000 litros pelo Projeto Dom Hélder Câmara para ajudar na produção para a família (Figura 9).



Figura 9 – Cisterna Calçadão de 52.000 litros

As ações do Projeto Dom Helder iniciaram no município de Santa Cruz da Baixa Verde em 2017, com a criação de galinhas. O Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) é um programa vinculado ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento –

MAPA e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) das Nações Unidas, que visa combater a pobreza e desigualdades no semiárido nordestino (o programa abrange 913 municípios de 11 estados brasileiros: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), por meio de ações referenciais, qualificando os produtores para que desenvolvam uma produção sustentável, estimulando a replicação de boas práticas, e tem como eixo central a Assistência Técnica e Extensão Rural (MAPA, 2022; AGUIAR, 2019).

### **3.4 Elaboração da Declaração e Aptidão ao Pronaf (DAP)**

Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP é o instrumento que identifica agricultores familiares, e suas associações familiares em pessoas jurídicas, pescadores artesanais, aquicultores, extrativistas, silvicultores, quilombolas, indígenas, assentados da reforma agrária e do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Este documento é necessário para que o agricultor/ produtor receba auxílios de incentivo à produção e geração de renda, como por exemplo ter acesso a uma linha de crédito do Pronaf (MAPA, 2022).

Durante o período de estágio, foi possível aprender sobre o preenchimento do cadastro da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), as informações obtidas dos agricultores (Anexo 1) eram lançadas na plataforma do Governo Federal . Devido à pandemia observou-se que das 2226 pessoas que possuem DAP no Município, 1710 estavam com a mesma vencida (ressaltando que dentre essas DAPs expiradas algumas famílias atualmente não se enquadram mais, são falecidos ou que não residem e ou trabalham no município) e estava havendo uma procura muito grande no IPA em Santa Cruz da Baixa Verde para a renovação desse documento.

O extensionista que atua sozinho no escritório do Município não tinha como atender a grande demanda de pessoas que estavam a procura da renovação do documento, então o mesmo buscou estratégias para atender essa demanda e realizar as entrevistas, solicitou aos presidentes das associações de cada comunidade que enviasse o nome das pessoas que estavam com a DAP vencida e posteriormente foram marcadas uma data junto com o presidente de cada associação para que pudessem ser realizadas essas entrevistas na comunidade-

As entrevistas ocorreram nas associações de cada comunidade que foram agendadas previamente, onde o extensionista realizava as perguntas presentes no questionário da DAP para os agricultores, e eu estagiária, o auxiliava na triagem dos documentos necessários para a realização da DAP e também realizei algumas entrevistas (Figura 10).



Figura 10 - Entrevista

Posteriormente após essas entrevistas serem aprovadas, já no escritório eram feitas as emissões dessas DAPs por meio do sistema DAPWeb (Figura 11) e as pessoas podiam buscá-las nas segundas-feiras no escritório.

A screenshot of the 'Cadastro de DAP' (DAP Registration) web interface. The page has a grey header with the title 'Cadastro de DAP'. Below the header, there are two main sections. The left section is titled '» Informe seus dados de login e senha' and contains input fields for 'Login:' and 'Senha:', followed by an 'Entrar >' button. The right section is titled 'Login' with a yellow warning icon and contains the text 'Informe seus dados de login e senha'. Below these sections, there is a link for 'Manual do Sistema DAPWeb' and a 'Novo' button with a green plus icon. At the bottom of the page, there is a footer with the text: 'Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) - Esplanada dos Ministérios - Bloco D - Brasília/DF - CEP: 70.043-900'.

Figura 11 - Sistema DAPWeb

O IPA, durante o período de estágio emitiu 45 DAPs no Município e outras ainda estão por fazer devido à lentidão do sistema DAP ou por pendências de documentos, até o presente momento as entrevistas continuam sendo realizadas nas comunidades, ressalta-se que o prazo para emissão de DAP será até 31 de outubro, a partir dessa data o documento utilizado será o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

O CAF, a partir do Decreto nº 10.688 de 2021, irá substituir a DAP na identificação e qualificação dos beneficiários da agricultura familiar e também no acesso às políticas públicas. As famílias inscritas no CAF devem atender os seguintes requisitos: obter uma área de até 4 módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra familiar; a renda familiar deve ser no mínimo 50% de dentro da propriedade (BASIL, 2006).

Podem ser cadastrados no CAF silvicultores, aquicultores, extrativistas, povos indígenas, pescadores, quilombolas, e assentados da Reforma Agrária, onde todos devem atender todos os requisitos citados acima para terem direito as políticas públicas (BASIL, 2006). A transição se realiza por meio do sistema CAFWeb, as inscrições serão feitas pelo órgão de Ater responsável, vale ressaltar que após o CAF ser emitido, não será mais possível emitir DAP para aquele CPF, e quando este estiver ativo a DAP será cancelada.

### **3.5 Visitas ao Escritório de Calumbi e Sítio Riacho do Brejo**

Em outra experiência prática, conhecemos o escritório de Calumbi com o extensionista Antônio Pereira e o supervisor regional do IPA Tito Jota, que na oportunidade visitou uma família de agricultores familiares no Sítio Riacho do Brejo, onde foi um dia de bastante aprendizado com as experiências que este agricultor vivenciava em sua propriedade.

A propriedade possui 1 hectare de terra, onde são criados suínos (Figura 12) e bovinos (Figura 13). Os animais são criados em sistema de confinamento e parte da alimentação é produzida no local, a qual produz ração para fornecer a esses animais, possui plantação de palma forrageira (Figura 14) e capim de elefante (Figura 15), que servem como fonte de alimento para os bovinos.



Figura 12 - Criação de Suínos



Figura 13- Criação de bovinos em confinamento



Figura 14 - plantio de palma forrageira



Figura 15– Capim de elefante para silagem dos bovinos

Na propriedade também há um curtume, atividade de onde vem o sustento do filho (Sormano) que administra o negócio.

### **3.6 Participação na Reunião do Conselho Municipal**

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Santa Cruz da Baixa Verde - Comdessc, composto pelo Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais (STR) e os representantes das associações, os quais se reúnem mensalmente para organizar as

atividades relacionadas ao município, cabem aos representantes das associações que sejam repassadas as informações sobre a reunião na comunidade.

Na reunião do mês de agosto, teve a presença de algumas organizações importantes, contando com a presença do professor da Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST/UFRPE), ao qual falou sobre um projeto de produção de caju, com financiamento pela Facepe, visando fortalecer a agricultura de sequeiro através da criação de uma unidade demonstrativa, com o apoio do IPA no Município, foi identificada a comunidade que teria as condições adequadas para a implantação do projeto.

Nesse projeto serão oferecidas oficinas de campo com os agricultores para o manejo correto do cajueiro e o escoamento não apenas da fruta *in natura*, mas também dos subprodutos que podem ser feitos através do caju, fortalecendo a agricultura familiar.

Teve também uma breve fala sobre o Agosto Lilás, que é o mês de conscientização sobre a não violência contra a mulher contando com a presença da coordenadora da Secretaria da Mulher de Santa Cruz da Baixa Verde, e com a apresentação do aplicativo Lamparina, coordenado pela professora da Unidade Acadêmica de Serra Talhada, financiado pela Facepe para trazer luz contra a violência á mulher de Pernambuco, o projeto está sendo apresentado através das comunidades rurais (Figura 16).



Figura 16- Reunião Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Santa Cruz da Baixa Verde – Condessc

Na ocasião o Coordenador da Secretaria de Agricultura do Município e a Coordenadora da Secretaria de Assistência Social, falaram com os responsáveis da associação para que fizessem um levantamento das pessoas que teriam interesse em participar do Programa Alimenta Brasil, que será implantado na cidade, cujos interessados devem procurar as referidas secretarias para realização desse cadastro munido de documentos pessoais, e também cumprir alguns requisitos básicos como documentos que comprovem que vive em meio a agricultura, ser agricultor familiar, possuir documentos de terra e a DAP que deve está atualizada para a realização desse cadastro.

### **3.7 Visita á Associação Mulher Flor do Campo e o Banco de Sementes**

No início de setembro visitamos a Associação Municipal de Desenvolvimento Produtivo das Mulheres Trabalhadoras Rurais e Artesãs Rurais de Santa Cruz da Baixa Verde-PE (Mulher Flor do Campo), uma associação composta exclusivamente por mulheres, que foi fundada em 04 de Abril de 2008 com 65 associadas, onde 45 mulheres participam ativamente contando com sócias de várias comunidades como: Lagoa do Almeida, Serra dos Nogueiras, Mariri, Tamanduá, São Bento, Baixa das Flores, São Paulo e Sítio Santa Cruz e sua sede está localizada no Sítio Lagoa do Almeida, Município de Santa Cruz da Baixa Verde.

O encontro foi para apresentar o projeto DAKI – Semiárido Vivo, sigla do inglês, Dryland Adaptation Knowledge Initiative (Iniciativa de conhecimentos sobre a adaptação às terras secas), que está sendo realizado em três grandes regiões semiáridas das Américas (semiárido nordestino, Corredor seco e o Chaco Americano), apoiado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), pautada em dois focos temáticos a Sustentabilidade Ambiental e Mudanças Climáticas (DAKI, 2022).

O DAKI – Semiárido Vivo é uma ponte de conhecimentos entre os povos que habitam as regiões semiáridas, identificando experiências, sistematizando processos de formação e intercâmbios de conhecimentos que contribuem com os agricultores/as, técnicos/as e suas respectivas instituições em práticas e estratégias de agricultura resiliente ao clima e na convivência com o semiárido. Seu princípio é o entendimento de que o enfrentamento às mudanças climáticas está baseado no acesso à terra e a água, solos saudáveis e florestas conservadas, bem como o acesso a políticas públicas (DAKI, 2022).

As atividades foram realizadas com a elaboração de um Diagnóstico Rápido Participativo – DRP onde foi feito o levantamento de informações da realidade da comunidade através de desenho de um mapa coletivo da comunidade, construído a partir do ponto de vista de seus membros, onde foram vistos as riquezas que possuía e também as dificuldades enfrentadas, e as políticas públicas que foram feitas na comunidade para a convivência com a seca e as adversidades climáticas enfrentadas na região (Figura 17).



Figura 17– Construção do Diagnóstico Rural Rápido Participativo-DRP

Na oportunidade, conhecemos o banco de sementes da comunidade, que fica localizado na associação, onde existe uma diversidade de sementes crioulas. As sementes são trazidas por agricultores que partilham suas sementes, para que possa ocorrer a perpetuação e preservação destas sementes (Figura 18).



Figura 18 – Banco de sementes da Associação Mulher Flor do Campo

#### **4. DIFICULDADES ENCONTRADAS**

Houve dificuldades em executar atividades, no escritório do IPA em Santa Cruz da Baixa Verde, devido à falta de energia no local no início do estágio, limitando algumas atividades de serem realizadas.

#### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estágio no Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) foi de suma importância, contribuindo para minha formação profissional complementando os ensinamentos teóricos obtidos em sala de aula durante a graduação e aplicando-os na prática. A Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), além de prazerosa é uma via de mão dupla com o agricultor, envolve troca de saberes e conhecimentos, sendo necessário desenvolver a confiança do mesmo para o sucesso trabalho desenvolvido.

## 6. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Luane da Conceição. **Articulação e coordenação nas políticas públicas para o desenvolvimento rural: o caso do Projeto Dom Hélder Câmara-PDHC**. 2019. Universidade De Brasília Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária Programa De Pós-Graduação Em Agronegócios, 109 páginas.

ANATER, 2022- disponível em: [www.anater.org](http://www.anater.org): >Acesso em 13 Setembro de 2022.

BRASIL, 2002. Lei Federal Nº 10.420 de 10 Abril de 2002. Cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica. **Diário oficial da União**. 11 abr. 2002.

BRASIL, 2003. Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003. Transfere a competência que menciona referida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 16 jun. 2003.

BRASIL, 2004. Decreto nº 4.962/2004 Regulamenta a Lei nº 10.420, de 10 abril de 2002, que cria o Garantia-Safra, dispõe sobre o Comitê Gestor do Garantia-Safra, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 23 jan. 2004.

BRASIL, 2006, Lei Nº 11.326, De 24 De Julho De 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**. 25. Jun.2006.

BRASIL, 2010- LEI Nº 12.897, DE 18 de Dezembro de 2013, Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 20. dez.2013.

BRASIL, 2021. Lei Nº 14.284, de 29 de Dezembro de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 30.dez.2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania, **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**, disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productivarural/paa#:~:text=O%20Programa%20de%20Aquisi%C3%A7%C3%A3o%20de,e%20incentivar%20a%20agricultura%20familiar> acesso: 06 de Outubro de 2022.

CASTRO, César Nunes de. **Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural**. 2015. Ipea, p. 49 – 59.

CASTRO, César Nunes de; PEREIRA, Caroline Nascimento. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater**. 2017. Ipea, nº 2343, Texto para discussão, 35 p.

DAKI–Semiárido Vivo. Dryland Adaptation Knowledge Initiative (Iniciativa de conhecimentos sobre a adaptação à terras secas). Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2022/08/23/projeto-reune-experiencias-de-convivencia-com-o-semiarido-em-regioes-latino-americanas>> Acesso em 6 de Setembro de 2022.

FARIA, Alexandre Augusto Ramos; DUENHAS, Rogério Allon. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater): um novo modelo de desenvolvimento rural ainda distante da agricultura familiar. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 5, n. 1, p. 137-167, 2019.

FREITAS, Rogério Edivaldo. O Pronaf no Semiárido: diagnósticos do programa e observações para o futuro. **MATA, D. da; FREITAS, RE; RESENDE, GM (Ed.). Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise do Semiárido**, v. 1, 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/santa-cruz-da-baixa-verde/panorama>> acesso: 29 Agosto de 2022

IPA, Instituto Agrônomo de Pernambuco. Apresentação. Disponível em: <https://site.ipa.br/apresentacao>> Acesso em: 31 Agosto de 2022

LIMA, Filipe Augusto Xavier; VARGAS, Letícia Paludo; CASTRO, Gustavo Daniel Benítez; SOUSA, Gerlúcio Moura Bezerra de; DORR, Andréa Cristina **Agricultura familiar e o acesso ao crédito qualificado: avanços e dificuldades em Santa Cruz da Baixa Verde–PE**. Revista Monografias Ambientais, Santa Maria, v. 12, n. 12, p. 2764 – 2775, 2013.

LIMA, Filipe Augusto Xavier; VARGAS, Letícia Paludo; SOUZA, Gerlúcio Moura Bezerra; JOTA, Tito Antônio Ferraz; WIZNIEWSKY, José Geraldo. **Extensão rural, comunicação e mobilização social: experiências do IPA junto aos agricultores familiares de Pernambuco**. Revista Sociedade e Desenvolvimento Rural, Brasília, v. 8, n. 2, p. 43-57, 2014.

Manual Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/caf/o-que-e-o-caf/ManualCAF2022atualizado.pdf>> Acesso em 15-09-2022


MAPA, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Documento de Aptidão ao Pronaf. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap> > Acesso em 12 de Setembro de 2022.

PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, César Nunes. **Assistência técnica na agricultura brasileira: Uma análise sobre a origem da orientação técnica por meio do Censo Agropecuário de 2017**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília Texto para Discussão nº 2704, 51 p., 2021.

REIS, A.C.S. **IPA 80 Anos**. CCS Gráfica e editora, Recife; 2015, 88 p.

## 7. ANEXO

## Anexo 1 – Ficha de levantamento de dados com os produtores para cadastro no DAP

 **LEVANTAMENTO DE DADOS PARA EMISSÃO DA DAP**  
Declaração de Adesão ao PRONAF  
Levantamento de dados a ser feito de acordo com as normas do Banco Central do Brasil para o PRONAF

Titular 1:		Titular 2:	
Apelido:		Apelido:	
CPF:		CPF:	
Número do NIS:		Número do NIS: (Obs. Considerar o NIS somente do 1º Titular da DAP)	
RG:	UF:	RG:	UF:
Data de Nascimento:		Data de Nascimento:	
Grau de escolaridade:		Grau de Escolaridade:	
Naturalidade:	UF:	Naturalidade:	UF:
Mãe:		Mãe:	
Estado Civil:		Quantidade de pessoas que moram na Casa:	
Endereço de Residência:			
Município:	Distrito:	CEP:	
Nome do IMÓVEL:		DADOS DO IMÓVEL RURAL	
Localidade do Imóvel:		Área do Imóvel/Contrato: ha	
Forma de ocupação da terra: (Proprietário, Comodatário, Possessor, Arrendatário, Parcela ou Misto)		Nº de pessoas na casa que trabalham na Propriedade:	
Nome do PROPRIETÁRIO:		CPF:	
Nome da ASSOCIAÇÃO:			

COMPOSIÇÃO DA RENDA BRUTA		FAMILIAR ANUAL – Considerar os últimos 12 meses anteriores.		
ATIVIDADE – Considerar a Venda/Consumo	CAB./IS/	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	
MILHO		R\$	R\$	
FEIJÃO		R\$	R\$	
ANINHAVA		R\$	R\$	
CAPI DE AÇÚCAR		R\$	R\$	
FRUTAS		R\$	R\$	
VEHÍCULOS		R\$	R\$	
BOVINOCARNE		R\$	R\$	
BOVINOLEITE		R\$	R\$	
CAPIRINO		R\$	R\$	
OVINOCARNE		R\$	R\$	
SUÍNOCARNE		R\$	R\$	
GALINHA		R\$	R\$	
OVINOLEITE		R\$	R\$	
AVICULTURA		R\$	R\$	
PECUÁRIA DE FRUTAS		R\$	R\$	
BOVINOCARNE		R\$	R\$	
VEHÍCULO DE MÃO DE OBRA – Quem?		R\$	R\$	
BOVINOCARNE FAMILIAR – Quem?		R\$	R\$	
AVICULTURA RURAL – Quem?		R\$	R\$	
AVICULTURA DOENÇA – Quem?		R\$	R\$	
PECUÁRIA – Quem?		R\$	R\$	
RENDA BRUTA TOTAL:		R\$	R\$	

Declaro, eu e os Beneficiários, que as informações acima informadas correspondem à verdade.

Assinatura Titular - 1: \_\_\_\_\_ Assinatura Titular - 2: \_\_\_\_\_

ASSOCIAÇÃO

Declaro, eu e a família, que a mesma se enquadra nas normas do PRONAF e concordamos com os dados por ela apresentados para emissão da sua AP.

Assinatura Presidente ou Responsável: \_\_\_\_\_ DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nº do CPF: \_\_\_\_\_

Fonte: IPA,2022